

O Cadastro Técnico Multifinalitário como Modelador da Estrutura educacional

Maria Olívia Coimbra De Luca ¹
Prof. Dr. Carlos Loch ²

UFSC – Depto de Engenharia Civil
Florianópolis SC

¹ coimbradeluca@hotmail.com

² loch@ecv.ufsc.br

Resumo: Este trabalho versa sobre a aplicação do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) como instrumento para a modelagem da estrutura educacional. O CTM é um conjunto de informações de conhecimentos qualitativos e quantitativos da ocupação, tanto no aspecto jurídico quanto no aspecto social, de uma determinada superfície terrestre georeferenciada. Propicia uma análise completa dos dados levantados e permite, também, aos poderes públicos, um controle mais adequado sobre os equipamentos urbanos, os serviços e o gerenciamento municipal como um todo. Este estudo teve por objetivo analisar o *Ensino Fundamental, das 5^{as} as 8^{as} séries e Ensino Médio*, de São José/SC. Trata-se, portanto, de uma pesquisa quali-quantitativa, documental e de campo, que toma por base o CTM. Verificou-se a localização atual das escolas do município que estão cadastradas na Secretaria Estadual de Educação, assim como a situação física e social em que estão inseridas. Na seqüência, foram analisados os problemas da repetência, evasão, exclusão social, indisciplina e ainda um dos maiores empecilhos para a aprendizagem, a violência nos meios escolares.

Palavras-chave: Cadastro técnico multifinalitário, educação, São José/SC

Abstract: This work is about applying Technical Multipurpose Cadaster as an instrument for modeling the educational structure. TMC is a set of data on qualitative and quantitative occupation knowledge, both on legal and social aspects, of a determined georeferenced terrestrial area. It provides a complete analysis of the acquired data and also allows governments to have a more adequate control over urban equipment, service and city management as a whole. This study aimed at analyzing Elementary (5th to 8th grades) and High School in São José/SC. Therefore, it is a quali-quantitative, documental and field research based on TMC. The current location of the schools registered in the State Education Secretary, as well as the physical and social situation in which they are inserted. Afterwards, student-failing issues, evasion, social exclusion, indiscipline and, still, one of the major drawbacks in learning, violence within school boundaries were analyzed.

Keywords: Technical Multipurpose Cadaster, education, São José/SC

1. INTRODUÇÃO

O confronto da realidade desalentadora do ensino público comparado ao ensino privado faz perceber a necessidade dos mais diferentes profissionais darem sua contribuição no sentido de se minimizarem as diferenças de formação, que permitam que se diminuam ou mesmo se anulem as desigualdades sociais acentuadas pelas desigualdades escolares.

Fato é que a breve análise do campo educacional brasileiro já dá mostras dos problemas do sistema educacional do país e a necessidade de se encontrarem alternativas aos graves problemas do ensino público prestado: reprovação escolar, alunos com conhecimentos básicos insuficientes para a aprendizagem das variadas disciplinas; estudantes desmotivados, que trazem a concepção de que dominar as disciplinas exatas lhes é impossível; indisciplina; episódios de violência escolar; necessidade

premente dos alunos manterem sua subsistência e por vezes de seus familiares, o que frequentemente lhes faz interromper a escolarização ou acumular faltas; professores desencantados com a profissão dentre outros problemas, impossíveis de relacionar no momento.

O cadastro técnico, campo da engenharia civil, que a primeira vista parece estar distante das preocupações inerentes aos processos educacionais contemporâneos, tem muito a contribuir para que os procedimentos relativos ao ensino e a aprendizagem possam se dar de forma mais satisfatória. Segundo Loch (1997) constitui um instrumento ágil e completo para planejamento, organização e fiscalização, portanto, pode e deve, por sua natureza, auxiliar a compreensão global e local do processo educacional dessa região.

Os dados do Cadastro são associados a uma base cartográfica digital. Sendo assim, através das informações coletadas, analisadas e catalogadas em um banco de dados podem-se conhecer e localizar os problemas dos processos educacionais de uma determinada região, o que permite planejamentos municipais, estaduais e/ou federais com uma visão espacial.

Com a certeza de que o desenvolvimento de um país depende da educação de seu povo e de que o Cadastro Técnico Multifinalitário é um instrumento eficaz para se pensar e planejar políticas educacionais, esse estudo tem por objetivo *analisar o Ensino Fundamental, das 5^{as} as 8^{as} séries e Ensino Médio, de São José/SC*. Trata-se, portanto, de uma pesquisa quali-quantitativa, de base documental e de campo, com base no cadastro técnico multifinalitário. O primeiro procedimento foi verificar a localização atual das escolas do município que estão cadastradas na Secretaria Estadual de Educação e averiguar a situação física e social em que estão inseridas. Pôde-se assim, observar se o mapa de equipamentos de ensino, que está na revisão do Plano Diretor de São José confeccionado em 2004, ainda continha as informações atuais. Foi verificada a *leitura da cidade* que consta do mesmo material, onde se puderam constatar as necessidades da população em relação ao sistema educacional e à segurança, essa última, uma das maiores insatisfações de todos os encontros com moradores, mencionada no Plano Diretor de São José.

Desta forma espera-se reunir dados e reflexões que possam contribuir para se repensarem alternativas à solução dos problemas apontados, ilustrando ao mesmo tempo a contribuição do Cadastro Técnico Multifinalitário para o planejamento de políticas públicas dirigidas a garantia dos direitos inalienáveis do ser humano.

2. SITUAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

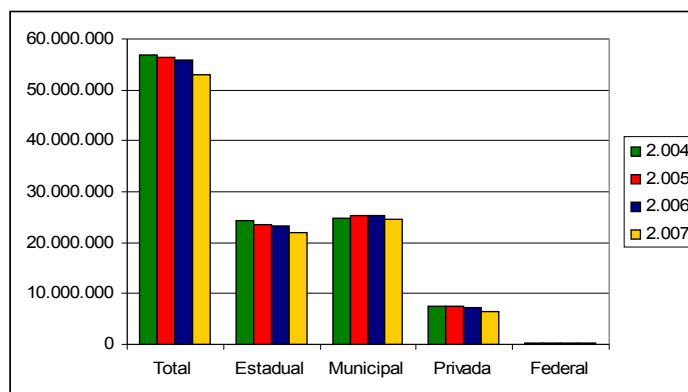
Segundo a UNICEF o Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos fora da escola em 2000 mostra que o Sul, estava em uma segunda posição em relação aos percentuais de jovens fora da escola, se igualando ao nordeste do país, que apresentava um percentual de 15,4%. Exceto em comparação a região Norte, que mantinha o índice de 18,9%,

No censo de 2006, o INEP analisa na sinopse estatística dos dados coletados que a rede estadual continuou a responder pela oferta de 85,2% das vagas no ensino médio. A diminuição de alunos matriculados nesse nível de ensino foi de 1,4%, o que significa, que cerca de 124,5 mil estudantes estavam fora da escola. A queda no número de matrículas foi desigual entre as regiões e os estados brasileiros, na região Sudeste (-4,5%) em todos os estados do território nacional: Minas Gerais (-3,8%), Espírito Santo (-3,8%), Rio de Janeiro (-3,8%) e São Paulo (-5,2%); Tocantins (-1,7%), Santa Catarina (-3,8%), Rio Grande do Sul (-2%) e no Distrito Federal (-2,3%). Os demais estados brasileiros apresentavam números de matrículas estáveis ou uma pequena ampliação.

Em março de 2007, Naércio Menezes Filho apresentou no seminário PNAD-CGEE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos) um material sob o título: *Os determinantes das matrículas do Ensino Fundamental e Médio*, constituído de uma série de gráficos representativos da situação escolar dos jovens brasileiros, cujos dados são os do PNAD. Neste material observa-se que a ascensão de alunos ao Ensino Médio vem em uma progressividade desde 1992 atingindo o ápice em 2003, porém em 2004 se percebe uma queda que tende a uma estabilidade representando valores um pouco acima dos 50% de jovens que apenas estudam. Oito estados ultrapassam a média brasileira de 53,77% são: Região Norte - Acre, Amazonas, Amapá e Roraima; Região Nordeste - Rio Grande do Norte; Região Sudeste - Rio de Janeiro e São Paulo; Região Centro-oeste - Distrito Federal. Os três estados da Região Sul ficaram abaixo dos 50%, sendo a situação de Santa Catarina a pior entre os estados brasileiros. A partir de 1992 ocorreu um aumento progressivo no número de alunos que trabalha e estuda, decaindo em 1996 e 1997. A partir de 1999 a quantidade de matrículas

de estudantes que conciliam as duas funções começou a decair. Quatorze estados ultrapassam a média brasileira de 21,05% são: Região Norte – Roraima e Tocantins; Região Nordeste – Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Bahia; Região Sudeste – apenas Minas Gerais; Região Sul – todos os seus estados, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Região Centro-oeste – Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Santa Catarina apresenta o maior índice dentre os estados brasileiros. Verifica-se uma quantidade percentual gradativamente menor de jovens sem atividades, exceto em 1996 com índice próximo a 15,6 % e 2005 com aproximadamente 12,8% de adolescentes sem estar estudando ou no mercado de trabalho. No Rio de Janeiro a grande maioria dos jovens apenas estuda, já em Santa Catarina, há um menor índice de jovens desocupados, ou seja, uma grande parcela além de estudar também trabalha.

FIGURA 1 – Evolução das matrículas de 2004 a 2007 por dependência administrativa



Em 2007 ocorreu outra mudança importante na gestão educacional, pois através da Lei 11.494, regulamentada em 20 de junho, o Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), criado com a aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº. 53, substituiu o Fundef (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental), que até 2007 financiava apenas o Ensino Fundamental. Cada estado recebe o seu Fundeb de acordo com o número de matrículas na educação básica (Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) em escolas públicas. Em 2008, as instituições privadas de educação infantil sem fins lucrativos, conveniadas com as prefeituras, poderão receber recursos provenientes do Fundeb. A implantação deste fundo será gradual por três anos iniciando em 2007. Ano passado, foram consideradas todas as matrículas existentes no ensino fundamental, mas apenas um terço das matrículas em creches, pré-escolas, programas de educação de jovens e adultos, e ensino médio. Já em 2008, será levado em consideração dois terços das matrículas, acabando esta implantação em 2009, com a totalidade de matrículas na educação básica.

3. O CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Cadastro Técnico Multifinalitário como instrumento para o conhecimento e análise de determinada região pode auxiliar para uma gestão educacional favorável a região, já que possibilita uma reflexão acertada através de seus mapas temáticos e dados que o compõem. Segundo Costa (2005) *“pode-se concluir que o Cadastro Técnico Multifinalitário contribui de forma significativa para o diagnóstico das demandas sociais e econômicas, colaborando com a definição de estratégias de ação, necessárias à promoção e desenvolvimento econômico-social.”*

Conhecer as limitações espaciais é fundamental para o entendimento das características territoriais e organizações sociais. A cidade é, de acordo com Rezende (1982, apud Costa) o resultado inacabado e em transformação de intervenções resultantes de diferentes sistemas de valores sociais e econômicos. As ações da gestão territorial, inclusive as voltadas ao sistema educacional, são abrangentes e exigem a integração de vários interesses.

O planejamento e desenvolvimento urbano foram reestruturados através da lei nº 10257/2001, aprovada pelo Congresso Federal, conhecida como *Estatuto das Cidades*, e estabelece as diretrizes para a reforma urbana. É um instrumento de cidadania, pois pressupõe uma gestão democrática, vindo a suprir uma carência normativa na área da política urbana. Esta lei delega aos municípios a tarefa de estabelecer a função social, oferecendo um conjunto de instrumentos de intervenção sobre seus territórios, além de uma

nova concepção de planejamento e gestão urbanos. O Estatuto da Cidade reafirma a diretriz da Constituição de 1988 que define como obrigatório os Planos Diretores para as cidades com população acima de 200.000 habitantes. Conforme o IBAM¹ (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) o “Plano Diretor é o instrumento que reúne as diretrizes para o desenvolvimento do Município e as estratégias de ocupação do território municipal, especialmente o urbano, com base na compreensão das funções econômicas, das características ambientais, sociais e territoriais do município, assim como de sua região de influência”. O Plano Diretor parte da leitura da cidade que relata aspectos urbanos, sociais (entre eles os educacionais), econômicos e ambientais definindo estratégias para intervenção e ação nas gestões para a cidade. O CTM é uma ferramenta ágil e completa que auxilia todo esse processo, pois um dado ou informação sobre determinada área tem pouco significado se não for relacionado com a superfície terrestre. Através da leitura da Cidade, realizada utilizando o CTM, e os levantamentos dos problemas com a participação da população na gestão democrática verifica-se locais carentes de escolas, com grande aglomerado urbano. Pode-se, então, planejar a melhor localização destas escolas considerando-se as características inerentes da região, os roteiros da linha rodoviária, por exemplo, o que favorece não só o transporte, mas o entorno do prédio, analisar aspectos de segurança pública, tão deficientes hoje em dia, visto ser um dos grandes problemas das áreas escolares. O CTM é, pois, um importante instrumento para o desenvolvimento da educação brasileira.

4. OS LIMITES ENTRE A INDISCIPLINA E A VIOLÊNCIA ESCOLAR

De acordo com Fernandes (2001) a partir da década de 1930 as cidades brasileiras tiveram um crescimento populacional intensivo o que provocou mudanças fundamentais na ordem socioeconômica no país, bem como importantes conseqüências culturais e ambientais. Especialmente a partir da década de 1970, com o acelerado processo de urbanização e o despreparo das cidades para esta realidade, se fez necessária a aplicação de uma Política Urbana, pois a capacidade do país em prover aos seus moradores os bens de cidadania – habitação, trabalho, saúde, educação, segurança – é uma questão que ficou a ser resolvida. A incapacidade de frear o aumento descontrolado das periferias desprovidas de infra-estrutura, da falta de serviços e equipamentos urbanos, o surgimento de favelas também em pequenas cidades, o crescimento desordenado, a poluição das águas, do solo e do ar, auxiliou a incrementar o processo da violência e da criminalidade nas cidades.

Segundo Oliveira² et all (2006) a sociedade atual vive tentando se proteger dos atos de violência e crimes, sendo impossível o aparato policial estar presente em todo espaço público e privado. Argumenta o autor: “para o combate a criminalidade e a violência é necessário que os órgãos responsáveis conheçam os fatores geradores da criminalidade, não basta a Polícia Militar possuir um numeroso efetivo de policiais tecnicamente atualizado e capacitado para atuar nas ruas, e a cada dia surge cada vez mais delinqüentes e cidadãos em conflito com a Lei.” Os autores relacionam os problemas de segurança com a falta de planejamento urbano, pois em vielas mal traçadas, casas sem quintal e ausência de áreas de lazer e de convivência entre os moradores, a saúde mental da comunidade fica comprometida, assim como, a transmissão e consolidação de valores familiares e tradicionais por que os moradores não desfrutam de uma habitação que possa lhes satisfazer as necessidades básicas. Este aspecto, a falta de valores familiares e culturais, somado a um mal ambiente construído, traz como conseqüências, a facilidade de ações criminais nas comunidades mais populares. Comentam, ainda, que a carência do desenho urbano, facilita a ação do tráfico de drogas. Demonstam através da organização da comunidade Chico Mendes, no município de Florianópolis/SC, até então formada por ocupações clandestinas, ruas tortuosas, estreitas e becos sem saída, que a diminuição da violência também pode se dar por meio do planejamento urbano. O redesenho do local, a construção de casas populares planejadas e devidamente construídas, com o alargamento de vias, duplicação de acessos, permitiu que os índices de criminalidade tivessem uma queda de 85% no local, mesmo com os mesmos moradores anteriores ao projeto.

Para se ter um ambiente seguro, sem a presença da criminalidade, é necessária, portanto, a organização da comunidade: bairros planejados e estruturados, imóveis particulares, públicos, comerciais devidamente cadastrados, com informações atualizadas e acessíveis a diversos órgãos. Instituições policiais, de saúde pública, de saneamento básico, educacionais, entre outras, devidamente informadas sobre os moradores e o local no qual estão prestando algum tipo de serviço.

1 Fonte: www.ibam.org.br Acessado em agosto de 2005.

2 Fonte: OLIVEIRA, Roberto et all. **Gestão estratégica territorial urbana para a Segurança pública.** Florianópolis, COBRAC 2006. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário · UFSC Florianópolis · 15 a 19 de Outubro 2006

Instituições escolares preparadas, conhecedoras da realidade local em que atuam, podem desenvolver um Projeto Político Pedagógico adequado a clientela que atendem. O detalhamento da metodologia de ensino, das regras disciplinares, dos projetos educacionais e o incentivo a participação dos pais e da comunidade no cotidiano escolar, promovem uma aprendizagem sem exclusões, que efetivamente favorece os alunos da região, seus pais e sua comunidade. Somente assim as instituições escolares estarão desenvolvendo seus papéis educativos e disciplinares, contribuindo para a formação de cidadãos dignos, corretos e prontos a resolverem os problemas que inevitavelmente enfrentarão.

5. A ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

O município de São José conta com cinquenta e três escolas que oferecem o ensino de 6º ano (5ª série) até a 3ª série do ensino médio. Destas escolas, uma é federal, dezoito são estaduais, dezesseis são municipais e dezoito são particulares. As escolas são cadastradas pelo INEP de acordo com a dependência administrativa, segundo um código específico. Para a utilização destes dados em um cadastro com características multifinalitárias é interessante que se utilize o CEP amplamente conhecido. A utilização de códigos próprios dificulta aplicação destes dados para outras unidades que não a Secretaria de Educação.

5.1 A ESCOLARIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ EM NÚMEROS

Os dados do Censo Escolar 2004, 2005 e 2006 do INEP demonstram que houve uma diminuição de matrículas no ensino fundamental II e no ensino médio no período de 2004 a 2006. Em 2004, 25.010 alunos estavam matriculados em classes regulares de aprendizagem; em 2006 contava-se com 23.253 alunos. Portanto, em dois anos, houve uma diminuição de 1.757 alunos matriculados no município, o que significa o decréscimo de 7,64% de alunos atendidos. No mesmo período novos cursos supletivos foram criados, porém, a escolarização na idade apropriada não deveria ter diminuído como demonstrado pelas tabelas. Segundo o censo demográfico do IBGE de 2000, a população de São José naquele período era de 169.252 habitantes, tendendo a um incremento populacional de 18,76 % em 5 anos, aproximadamente 3,75% em cada ano, ou seja, a projeção para 2005 era de 201.000 habitantes. Teve-se, portanto, um aumento populacional e uma diminuição no número de matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio.

Acompanhando-se o ensino noturno em especial, percebe-se que uma grande parte dos jovens trabalha e participa ativamente da renda familiar, sendo em alguns casos a principal fonte de renda. Como os estudantes possuem acesso facilitado a estágio remunerado, os alunos acabam se envolvendo no mercado de trabalho e priorizando esta atividade. Chegam a sala de aula sem o material escolar, extremamente cansados, com sono, atrasados, em épocas festivas precisam trabalhar até tarde, não estudam em casa, não realizam tarefas. Essa é uma realidade do ensino público. Nas escolas públicas da rede estadual onde se consegue uma maior gama de informações por meio digital, se verifica que de 4.138 alunos matriculados em 2006, 445 desistem o que significa 10,8% de jovens fora da escola. Na escola EEB PRES JUSCELINO KUBITSCHEK no bairro Areias, dos 542 alunos matriculados, 107 são desistentes, aproximadamente, 19,8 % de jovens. Isso sem levar em consideração alunos que desistem, retornam e desistem novamente, fenômeno comum na rede pública noturna.

A maioria dos professores, principalmente no ensino noturno, convive com esse problema e facilita as avaliações se utilizando de trabalhos em classe, listas de exercícios, provas com consulta ou em duplas, o que de certa forma encobre se houve um aprendizado efetivo. Em muitas disciplinas os alunos não recebem livros didáticos, também não compram; o professor então se vê obrigado a passar o conteúdo no quadro, ou seja, o tempo e conteúdos para explicação diminuem. Perde-se tempo transcrevendo os assuntos, transcrevendo provas que muitas vezes não são fotocopiadas para os alunos por falta de recursos financeiros do aluno, do professor ou da instituição de ensino. Fica um questionamento muito sério: o que estão efetivamente aprendendo é suficiente para dar continuidade a sua escolaridade ou se tornarem cidadãos bem preparados para governarem nossos municípios, estados, empresas....? Foi-se a época que a escola pública tornava todos os alunos aptos a passarem em um concurso vestibular, tal como é na rede de ensino particular. Até a década de 1980 o Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis aprovava grande parte de seus alunos em vestibulares de universidades públicas; atualmente esse percentual é mínimo. Com a preocupação das universidades federais em priorizar um ensino de qualidade aos estudantes de famílias de baixa renda, propuseram um sistema de cotas, 20% das vagas de todos os cursos para alunos provenientes do ensino público. Desta atitude se vê quase o dobro de percentual de alunos da rede pública sendo aprovados nesta universidade. Segundo os boletins da COPERVE (Comissão Permanente de Vestibular), colégios como EEB Cecília Rosa Lopes que aprovou para 2007, 4,44% de alunos, para 2008 foram 11,9 %; EEB Profª Maria José Barbosa Vieira para 2007,

4,10% já para 2008, 8,78%. Os colégios EEB N S da Conceição, EEB Profº Juscelino Kubitschek e EEB Profº Joaquim Santiago que para 2007 não conseguiu aprovar nenhum dos seus alunos, para 2008 aprovou 7,41%, 22,22% e 11,11% respectivamente. Em 2007 participaram do vestibular 27 colégios com 1.702 estudantes e em 2008, 33 colégios, com 1.853 representantes, um aumento de 151 alunos. 490 candidatos foram provenientes da rede de ensino estadual – 26,5% em 2008, enquanto em 2007 foram 391 inscritos – 23%. A Escola Técnica Federal de São José, além de obter uma das maiores aprovações (19,42% - 2007 e 29,07% - 2008) aumentou sensivelmente a quantidade de alunos que prestaram o vestibular: de 139 em 2007 para 172 em 2008. Já o Colégio Municipal Maria Luiza de Mello, de 84 alunos inscritos em 2007, passou para 65 em 2008, diminuindo 19 alunos inscritos, obteve uma aprovação menor, apesar do novo sistema de vagas, 11,9% em 2007 para 4,62% em 2008. De uma análise global, o intuito da UFSC de favorecer a alunos da rede pública o ensino superior, teve um resultado positivo em relação ao município de São José, pois se teve um maior número de inscrições e de aprovações. É provável que esse número de aprovações desta nova proposta de cotas venha a dar um objetivo diferente a alunos da rede pública de ensino que viam no trabalho o único futuro, pois ser aprovado por meio do processo seletivo em universidades públicas era algo improvável e custear uma particular, impraticável. No entanto, parece que de alguma forma, se está resolvendo o efeito sem tratar a causa. Posto de outro modo, através dessa ação mais alunos chegam às universidades públicas, provavelmente menos preparados que os da rede particular pois foram favorecidos pelo sistema de cotas. O ensino médio e fundamental público, entretanto, permanece da mesma maneira. Várias propostas de melhoria foram criadas pela Secretaria de Educação, como se pode observar em capítulo anterior, mas, os números atuais demonstram um desempenho escolar inferior dos alunos da rede pública quando comparados aos da rede privada. Para o curso de Medicina, o mais concorrido, tem-se os seguintes números¹:

QUADRO 1 – Notas no vestibular de medicina UFSC 2008

	Nota do primeiro aprovado	Nota do último aprovado
Colégio privado	91,68	81,04
Colégio público	80,87	70,35
Negros	63,90	44,33

Como se pode perceber, para um curso tão procurado, onde os alunos são desclassificados por centésimos, a diferença entre o desempenho dos alunos provenientes da rede privada e da rede pública já são notáveis, pois o primeiro colocado de uma rede de ensino não ultrapassou nem o último colocado da outra. Porém uma pontuação de 70,35 deve ser valorizada e homenageada.

5.2. O CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E O PROCESSO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ

Confrontando-se os mapas temáticos do Novo Plano Diretor de São José, intitulados Distribuição dos Equipamentos de Ensino (2000) e Tema: Educação, Aspectos Socioeconômicos, Resultados dos Eventos Comunitários com os dados coletados sobre o município, pode-se destacar algumas observações:

- a) Verifica-se que no bairro Serraria há ausência de escolas de ensino médio, constando apenas as de ensino fundamental. Essa já é uma prioridade enfatizada no evento comunitário;
- b) Jardim Cidade de Florianópolis, não possui escolas de ensino fundamental e médio, situação também mencionada no evento comunitário;
- c) Em Picadas do Sul, Fazenda Santo Antônio, São Luiz, Forquilhas e Nossa Senhora do Rosário percebe-se a ausência de escola pública de nível médio.
- d) Barreiros, Kobrasol, Campinas e Roçado estão bem equipadas com instituições escolares de ensino fundamental e médio;
- e) Flor de Nápoles, Ponta de Baixo, Potecas e Sertão do Maruim, são bairros que não possuem escolas de ensino fundamental e médio.

6. CONCLUSÃO

Esse trabalho buscou evidenciar a necessidade da utilização do CTM na análise e planejamento de ações que visem solucionar alguns dos problemas inerentes ao sistema educacional brasileiro da atualidade. O problema da educação brasileira vai para além das limitações do currículo, da formação do professor, da escassez de recursos financeiros. O problema da educação brasileira está também e notadamente na falta

1 Fonte: dados da COPERVE extraídos da home-page: www.vestibular2008.ufsc.br

de conhecimento da realidade vivida por seu povo, tanto no que se refere às questões de ordem social quanto territorial. Parece haver um esquecimento do passado, um desrespeito àquilo que a história nos outorgou de conhecimentos e assim, pouco se consegue planejar o futuro. Julga-se pela aparência dos fatos, não se consegue perceber a multiplicidade de condicionantes que podem conduzir a determinada situação, e aí não se conseguem as soluções adequadas a combater as causas primeiras dos problemas. O que é conseguido, por vezes, é apenas maquiar as dificuldades, tratar dos sintomas sem curar a doença. A cada dia são mais adolescentes nas ruas, novas ocupações clandestinas que, sem planejamento prévio, afetam o meio ambiente e trazem riscos a saúde e segurança da população. Patrimônios históricos são depredados por força da violência urbana, alocações são feitas em áreas de risco, se polui o solo e o ar. A criminalidade cresce, tanto nos meios populares quanto nas camadas médias e elites econômicas, e, não bastasse, a educação pública está crescentemente inferior ao desejado e necessário para a continuação acadêmica.

Segundo Oliveira et al¹ (2006) "... os atos criminosos estão diretamente relacionados às oportunidades ou vulnerabilidades que o indivíduo propenso ao crime encontra ou proporciona a si próprio (...)". Os autores sugerem algumas medidas para o ambiente construído, entre elas a atenção à necessidade, mas adequada a visibilidade da construção e alterações no lay out que favoreçam a supervisão e interação visual com a vizinhança. O depoimento de uma diretora de uma unidade de ensino, comprova essa orientação. Foram várias as ações dirigidas a conter a violência instaurada na escola, e dentre as ações, foram feitas alterações nas disposições do espaço físico. A sala da direção, mais aproximada dos alunos, permitiu não a vigilância apenas, mas o estabelecimento de uma nova relação com os alunos.

Com essas descrições é desnecessário, ao que parece, permanecer justificando a importância do CTM e a urgência de sua aplicação nos serviços prestados à sociedade, seja na rede educacional ou na segurança pública. É emergente a aplicação de um cadastro que cruze os dados das instituições escolares à localização cartográfica, ao sistema viário e ao de transporte. Com essas informações, amalgamadas ao cadastro setorial dos alunos e funcionários, através do endereço e nome dos responsáveis se podem verificar currículos eficazes e projetos educacionais dinâmicos e adequados ao local. De forma semelhante, a aplicação do CTM na segurança pública traz, indubitavelmente, benefícios. O cadastro da região, de modo especial daquelas moradias de ocupação irregular, dos bares, das praças e outras áreas de lazer, das lojas e serviços oferecidos, o registro dos moradores, das crianças que estão estudando ou fora da escola, as relações entre os moradores, enfim, o cadastramento da região em seus múltiplos aspectos, permitem o planejamento e a adoção de medidas conjuntas pelos diversos órgãos de proteção e prestação de serviços, que certamente fornecerão melhor qualidade de vida aos cidadãos.

A guisa de conclusão é possível afirmar que apesar da perversa realidade que se vive, algumas ações, verificadas neste estudo, despontam para uma luz no fim do túnel. O projeto *Escola Aberta* da Secretaria Estadual de Educação, é uma das ações dirigidas a estabelecer uma outra forma de relacionamento da escola com os alunos e, sobretudo, com a comunidade. Este projeto ilustra a possibilidade da participação, e mais ainda, a gerência da comunidade na educação pública. A aplicação do CTM para planejamento dessas ações, que além de curativas são preventivas, pode auxiliar na compreensão das reais necessidades da comunidade que a escola se empenha em trazer para dentro dos seus muros. O Estatuto da Cidade, criado em 2001, é outra das ações que traz luz ao caos que se assiste na vida pública. Ele impõe a necessidade de se rever o desenvolvimento urbano das cidades. Estipula uma nova concepção de Plano Diretor e procura superar alguns dos problemas e limitações tradicionalmente presentes na maioria dos municípios brasileiros, como a falta de priorização das ações, o caráter excessivamente normativo e regulador e a pouca integração entre planejamento e gestão. O Novo Plano Diretor traz como princípios a função social da propriedade, o desenvolvimento sustentável, as funções sociais da cidade e a igualdade e a justiça social, atrelados a participação popular com vistas a uma gestão democrática. Com isto se almeja a melhoria da qualidade de vida para os cidadãos e para as futuras gerações. Como demonstrado neste estudo, as ferramentas do CTM são úteis e de fato até mesmo imprescindíveis, para a elaboração de um plano diretor eficaz. O CTM, constituído por elementos que revelam desde a cartografia do local à avaliação socioeconômica da população habitante, isso de forma relacional, cadastral, analítica em relação à adequação das leis vigentes à realidade regional, e propondo uma melhor ocupação do solo, pode contribuir de forma significativa para a solução dos problemas emergenciais do município e de forma prescritiva, auxiliar no planejamento de políticas que possam atender as necessidades da população que vão surgindo no decorrer do tempo.

1 Fonte: OLIVEIRA, Roberto; Silveira, Miguel Ângelo; Oliveira, Éder J. de Souza. **Gestão estratégica territorial urbana para a Segurança pública**. COBRAC 2006, UFSC, Florianópolis, 2006

As inovações do CTM também são fabulosas dentro das salas de aula. Os adolescentes não conhecem claramente os problemas do município que residem. Não sabem que existe um plano diretor do qual poderão, como cidadãos, ser ouvidos e participarem ativamente de sua elaboração. A utilização de dados georreferenciados, mapas temáticos nos currículos escolares são capazes de evidenciar os aspectos geográficos como populacionais, degradações ambientais, vegetação, clima da sua localidade, aspectos biológicos para o exame de possíveis epidemias, contaminações, localização de postos de saúde, de postos policiais, focos de violência entre outros. Confrontar conhecimentos históricos com fotos aéreas e dados de diferentes anos. Trabalhar com a matemática e a física através de medições reais, percentuais adequados e concretos. A aprendizagem começaria a ter sentido e finalidade. Partiria do concreto para o abstrato. Prepararia o aluno a ser um verdadeiro cidadão, agente de transformações, pois estaria estudando, analisando, discutindo sobre a sua realidade. Não seria apenas um texto com várias palavras e números, mas uma imagem que ficaria da auto-estruturação do seu conhecimento, o aluno como agente e responsável pelo seu processo de aprendizagem.

Ao final deste estudo, verificando o muito que ainda se tem a fazer, percebe-se que o Cadastro Técnico Multifinalitário serve de base para a modelagem não só das gestões territoriais e sociais, entre elas as educacionais, mas também como ferramenta a todo processo educacional.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANÁRIO, Rui. **Territórios educativos e políticas de intervenção prioritária: uma análise crítica**. Florianópolis, Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação. Universidade federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação, jan-./jun. 2004, p 47-78.

CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança, Kobrasol / Campinas / Praia Comprida. CONSEG Setor 7 – Vamos abraçar esta idéia. Polícia Comunitária. Prefeitura de São José, Polícia Santa Catarina, Polícia Civil e Guarda Municipal de São José, s.d. 24p.

COSTA, Alexandre Marino; Loch, Carlos; Schenini, Pedro Carlos. **Contribuições do cadastro técnico multifinalitário como ferramenta integrada em sistemas de gestão ambiental**. XII SIMPEP - Bauru, SP, Brasil, 7 a 9 Novembro 2005
Disponível em http://www.feb.unesp.br/dep/simpep/Anais_XIISIMPEP

COSTA, Alexandre Marino; Loch, Carlos; Schenini, Pedro Carlos; Souza, Daniel Augusto de. **O Setor Público como agente de desenvolvimento: perspectivas de modernização da administração pública municipal**. COBRAC 2006, UFSC, Florianópolis, 2006.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Violência nas Escolas: Sugestões para o Enfrentamento do Problema**. Disponível em <http://federativo.bndes.gov.br>. Acessado em: Ago. 2007.

ERBA, Diogo Alfonso (et al). **Cadastro multifinalitário como instrumento da política fiscal e urbana**. Rio de Janeiro, 2005, 144 p.
Disponível em <http://www.agrimensores.org.ar/licamul.htm>. ISBN: 859051711X

Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8069/90. Florianópolis-SC, 1999. 120p.

Estatuto das Cidades – guia para implementação pelos municípios e cidadãos – Câmara dos Deputados, Brasília, 2001.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Disponível em www.inep.gov.br Acessado em: dez. 2007.

LEI nº 9394/96. Disponível em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf

LEI nº 10172.

Disponível em portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0041_2002.pdf

LOCH, Carlos. **Cadastro Técnico Multifinalitário**. Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. 58 pp.

LOCH, Carlos. **A realidade do Cadastro Técnico Multifinalitário no Brasil**. Anais XIII Simpósio

Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Florianópolis. Abril 2007. INPE p. 1281-1288. Disponível em <http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr>. Acessado em: jan. 2008.

LOCH, Carlos; Erba, Diego Alfonso. **Cadastro Técnico Multifinalitário: rural e urbano**. Cambridge MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.

MENEZES, Naércio Filho. **Os determinantes das matrículas no Ensino Fundamental e Médio**. Seminário PNAD-CGEE. Março 2007.
Disponível em www.cgee.org.br/arquivos/pnad_m1_03.ppt

Ministério da Educação e Cultura – MEC.
Home-page : www.mec.gov.br . Abril de 2005 e dezembro de 2007)

MONTEIRO, Ricardo R. e Oliveira, Roberto de. **Ambiente Construído: Classificação e Conceituação dos Elementos que Conferem a Qualidade**. COBRAC 2004, Florianópolis, SC.

OLIVEIRA, Roberto; Silveira, Miguel Ângelo; Oliveira, Éder J. de Souza. **Gestão estratégica territorial urbana para a Segurança pública**. COBRAC 2006, UFSC, Florianópolis, 2006.

Prefeitura Municipal de São José.
Home-page: www.pmsj.com.br. Acessado em: mar. 2005.

Projeto de Revisão do Plano Diretor de São José-SC. Leitura da Cidade; Análise e Diagnóstico. Vol 3.

SILVA, Aida Maria Monteiro. **Educação e Violência: qual o papel da escola?** Disponível em www.dhnet.org.br/educar/redeedh. Acessado em: ago. 2007.

Síntese do índice de desenvolvimento da educação básica – IDEBSC 1998/2004 . Disponível em www.sedrct-sc.br

UNICEF. Home page: <http://www.unicef.org.br/ional>
VAZ, José Carlos. **A violência na Escola na escola: Como Enfrentá-la**. Disponível em